

## PROJETO DE LEI 1.100/2021

Dispõe sobre a isenção de Imposto de Renda e dispensa de carência previdenciária para pessoas acometidas por sequelas da COVID-19, alterando a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Apresentação: 21/09/2021 16:09 - PLEN  
EMP 4 => PL 1100/2021

EMP n.4

## EMENDA DE PLENÁRIO

Suprima-se a palavra “grave” da expressão “ou complicação ou sequela graves de Covid-19”, constante da redação dada ao artigo 151 da Lei 8.213/1991, pelo artigo 3º do Substitutivo oferecido ao PL 1.100/2021.

## JUSTIFICAÇÃO

A manutenção da referida palavra inviabilizaria o afastamento da carência para acesso ao benefício incapacitante temporário, como é o auxílio-doença, haja vista que seu acesso decorre de licença médica superior a 15 dias.

**Mesmo em casos não graves da doença covid-19, pode impor-se afastamento por um período superior a este, se justificado afastamento do trabalho. Neste caso, o trabalhador afetado não seria contemplado pela alteração legal aqui proposta.**

**Vale lembrar que é a perícia médica que determina a doença que incapacita – temporária de permanentemente – para o trabalho.**

Sala das sessões, 21 de setembro de 2021.

Deputado BOHN GASS



Assinado eletronicamente, por delegação do(a) Dep. Bohn Gass e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210901889900>





## **Emenda de Plenário a Projeto com Urgência** **(Do Sr. Bohn Gass )**

Altera o Substitutivo ao PL  
1100/2021.

Assinaram eletronicamente o documento CD210901889900, nesta ordem:

- 1 Dep. Bohn Gass (PT/RS) - LÍDER do PT      \*-(p\_7800)
- 2 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 3 Dep. Danilo Cabral (PSB/PE) - LÍDER do PSB      \*-(P\_7204)

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

